Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 998/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/17352/2013
PROTOCOLO	: 1451172
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATOR	: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Vistos e etc;.

Trata-se de análise da formalização do contrato administrativo nº 096/2012, formalização do 1º e 2º Termos Aditivos e execução financeira do contrato em comento, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alcinópolis e a Milan & Milan Ltda., tendo como objeto a aquisição de materiais permanentes

De acordo com o processo, o responsável foi infligido ao pagamento de multa por remessa intempestiva de documentos, conforme DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD -4985/2017.

Inconformado, o requerente interpôs recurso para combater a douta decisão. No entanto, antes do julgamento final, o ora recorrente aderiu ao regime do Refis, instituído pela Lei Estadual Nº 5.454/2019, c/c a Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13 de 27 de janeiro de 2020.

Feita a adesão, houve a renúncia de qualquer discussão sobre o tema, conforme, , art. 5º da Instrução Normativa nº. 13/2020 que assim dispõe:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobran-

> ça administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC.
>
> Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, somente, aos processos e decisões que serviram de base para deferimento da redução de multa requerida e não exime as obrigações referentes a sanções não incluídas nas quitações em parcela única ou em parcelamento.

É o breve relatório, DECIDO:

1 – Pelo encaminhamento os autos a Gerência de Controle Institucional, para que seja procedida a respectiva baixa de responsabilidade do interessado, bem como, para nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, processar-se às devidas anotações, e demais providências cabíveis;

2 - Pela EXTINÇÃO do presente processo, com fulcro art. 6º, parágrafo único da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020 c/c art. 186, V, “a”, do Regimento Interno

3 – Pela **INTIMAÇÃO** do interessado acerca do resultado do julgamento, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar nº. 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2023.

PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
Conselheira Substituta
(ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)